



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 189

FEITO : Processo nº 640/91-TCE-ACRE  
INTERESSADO : EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO,  
Governador do Estado do Acre  
RELATOR : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA  
ASSUNTO : AUDITORIA GERAL NO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ACRE  
"DERACRE"

AUDITORIA GERAL NO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ACRE - constatadas as irregularidades mencionadas no relatório técnico, decide o Tribunal de Contas do Estado do Acre pela remessa de cópia das peças que compõem o processo em exame, ao Senhor Governador do Estado, para conhecimento, sobrestando-se o feito na Secretaria da Corte, para apensação à Prestação de Contas do Órgão, exercício de 1991.

Vistos,relatados e discutidos os autos do Processo nº 640/91, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator,parte integrante da decisão, pela remessa de cópia dos autos em exame,ao Senhor Governador do Estado do Acre, para conhecimento das irregularidades apontadas, sobrestando-se o feito na Secretaria das Sessões para apensação futura à Prestação de Contas do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre, referente ao exercício de 1991.Divergente,em parte, o Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, que votou, também, considerando **irregular** o procedimento adotado pelo "DERACRE".-.-.-.-.-.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.  
Rio Branco, 07 de maio de 1992

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA  
Presidente do TCE/ACRE

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA  
Relator

Fui presente:

Dr. FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE,  
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C T O N.º 128

RELAÇÃO : ARQUIVADA GERAL NO DEPARTAMENTO DE CONTAS DO ACRE  
 ARGUMENTO :  
 RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO ANAÍO DE FARIA  
 INTERESSADO : MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA  
 PROCESSO Nº 040/91-TCR-ACRE

ARQUIVADA GERAL NO DEPARTAMENTO DE CONTAS DO ACRE  
 INTERESSADO : MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA  
 PROCESSO Nº 040/91-TCR-ACRE  
 RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO ANAÍO DE FARIA  
 ARGUMENTO :  
 RELAÇÃO : ARQUIVADA GERAL NO DEPARTAMENTO DE CONTAS DO ACRE

Este documento foi publicado no  
 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
 N.º 5.786 de 24 / 05 / 92  
 RUBRICA Nº 10.000.000

ARQUIVADA GERAL NO DEPARTAMENTO DE CONTAS DO ACRE  
 INTERESSADO : MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA  
 PROCESSO Nº 040/91-TCR-ACRE  
 RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO ANAÍO DE FARIA  
 ARGUMENTO :  
 RELAÇÃO : ARQUIVADA GERAL NO DEPARTAMENTO DE CONTAS DO ACRE

Corr. JOSÉ AUGUSTO ANAÍO DE FARIA  
 Presidente do TCE/Acre

Corr. JOSÉ AUGUSTO ANAÍO DE FARIA  
 Relator

Foi presente:

Dr. NUNO DE OLIVEIRA COSTA  
 Procurador-Geral do TCE/Acre





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Processo: 640/91

Relator : Cons. José Augusto Araújo de Faria

Assunto : Auditoria Geral no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Acre - DERACRE

### RELATÓRIO:

Em OF/GA/Nº 082/91, foi solicitado a este Tribunal de Contas do Estado do Acre pelo Bel. Edmundo Pinto de Almeida Neto, Governador do Estado do Acre, Auditoria Geral nas contas da Secretaria de Transportes e Obras Públicas - SETOP e na sua autarquia Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Acre - DERACRE, no período compreendido entre 01.12.89 a 15.03.91. Motivou esta solicitação a Exposição de Motivos, documento constante de fls. 05/06, do Sr. Secretário de Transportes e Obras Públicas.

O Plenário desta Corte de Contas, em decisão unânime na sessão ordinária do dia 25 de abril de 1991, autorizou a auditoria geral.

Pela TC/AC/DAFO/3ª IGCE/OF/Nº 345/91, foram designados três técnicos deste TCE, que constataram as irregularidades seguintes:

#### **Exercício de 1989:**

- 1 - classificação do elemento de despesa errado;
- 2 - falta de licitação;
- 3 - inexistência de data nas notas fiscais;
- 4 - empenhos à posteriori;
- 5 - nota fiscal sem discriminação do produto adquirido;
- 6 - firmas não cadastradas na Secretaria de Administração e nem no CREA;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

(Processo nº 640/91)

Fl. 2

7 - pagamentos de diárias sem relatório de viagem.

**Exercício de 1990:**

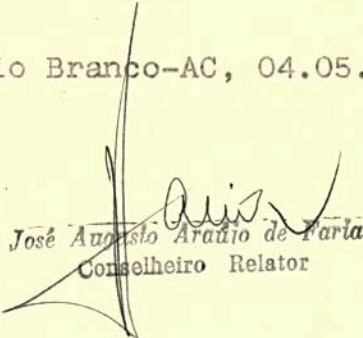
- 1 - notas fiscais sem data e fracionadas para fugir da licitação;
- 2 - pagamentos de restos a pagar feitos no exercício posterior pelo próprio departamento;
- 3 - falta de processo licitatório;
- 4 - pagamentos de empenhos de uma firma referente ao contrato de outra;
- 5 - classificação do elemento de despesa errado;
- 6 - notas fiscais sem data;
- 7 - prestação de serviços sem processo licitatório;
- 8 - empenhos à posteriori.

**Período - janeiro a 15 de março de 1991:**

- 1 - contrato firmado sem processo licitatório;
- 2 - notas fiscais sem data;
- 3 - irregularidade na restituição do FGTS;
- 4 - prestação de contas de fundo de suprimento com valor superior ao do empenho;
- 5 - classificação do elemento de despesa errado;
- 6 - não existência de amparo legal para os procuradores jurídicos do DERACRE terem remuneração superior aos técnicos de mesmo nível.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 04.05.92.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE  
(Processo nº 640/91)

CONCLUSÃO E VOTO:

A autarquia, como órgão de finalidade pública, se obriga aos princípios reguladores da atividade administrativa.

O administrador público é obrigado em toda sua atividade administrativa a seguir os mandamentos da lei, e só deve praticar o ato para seu fim legal.

A moralidade dos atos não se confunde com a moral comum. A moralidade do ato administrativo é uma moral jurídica.

Quando o administrador deixa de particar o processo de licitação, ele fere totalmente os princípios reguladores da atividade administrativa.

A contumácia é bem evidente nos períodos analisados pelos Técnicos desta Egrégia Corte, a respeito de processos licitatórios e empenhos à posteriori. O administrador quando deixa de cumprir as determinações da lei, evidentemente, está cometendo crime de responsabilidade.

Não é presunção que empenhos à posteriori seja considerado engodo, é verdade, e a Lei 4.320, em seus comentários, enquadra, quem o emite, no crime de responsabilidade.

A evasiva e lacônica resposta do Diretor Administrativo quanto à remuneração dos procuradores daquela Autarquia atesta bem o que significa para convencimento seu do que é legal. Simplesmente, "Docu - mentos Legais".

Diante do exposto, VOTO: pelo encami - nhamento ao Sr. Governador do Estado de cópia de todos os documentos que compõem o presente processo e seja o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

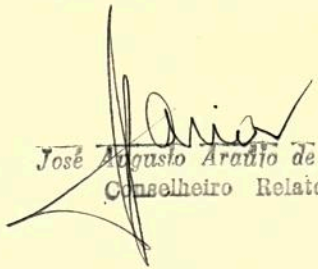
(Processo nº 640/91)

Fl. 2

original mantido em secretaria para apensação futura à prestação de contas do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre - DERACRE, exercício de 1991.

É como voto.

Rio Branco-AC, 04.05.92.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator